

OTP RODOVIAS S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas
Em 31 de dezembro de 2022

OTP RODOVIAS S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

OTP Rodovias S.A.

Relatório da Administração

A Administração da OTP Rodovias S.A. ("OTP Vias" ou "Companhia") submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Mensagem da Administração

Administração da OTP Rodovias permanece empenhada na busca da sustentabilidade econômico-financeira da Companhia, de modo a cumprir com suas obrigações junto a seus credores, fornecedores e demais *stakeholders*, preservando os interesses e garantias de seus acionistas, por meio do programa de desmobilização de ativos, das renegociações dos endividamentos da sua controlada, monetização de ativos contingentes e mitigação de passivos contingentes.

Em 2022, a Companhia, em conjunto com o seu acionista controlador OTP S.A. ("OTP"), manteve o processo organizado de desmobilização de seus ativos, tendo avançado nas negociações para a alienação da participação societária na Concessionária Rota do Oeste S.A. ("CRO"), onde espera uma desoneração de garantias prestadas pela Companhia e pela OTP, em torno de R\$ 936 milhões, mantendo assim o direcionamento estratégico definido de redução dos passivos e garantias existentes. A previsão da Administração é que a alienação aconteça no primeiro semestre de 2023.

De forma paralela, para o caso de insucesso na transferência de controle da CRO, a Companhia e a OTP permanecem empreendendo os esforços necessários à realização do procedimento de devolução amigável (relicitação) do Contrato de Concessão da CRO ("Processo de Devolução"). O requerimento do Processo de Devolução foi protocolado na Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") em 09 de dezembro de 2021.

Nesse contexto, a CRO assinou no dia 04 de outubro de 2022 o Termo de Ajustamento de Conduta na Modalidade Plano de Ação ("TAC Plano de Ação"), o qual está condicionado à troca de controle acionário da CRO e contempla, dentre outros, os seguintes aspectos: (i) replanejamento da execução das obras em 8 anos; (ii) sobrestamento de todo passivo regulatório mediante sua extinção após o cumprimento do TAC; e (iii) extinção da arbitragem contra a ANTT.

Além disso, em continuidade ao requerimento de devolução amigável, que qualifica o empreendimento para fins de relicitação, a CRO vem celebrando aditivos ao Contrato de Concessão ("TA Relicitação"), com a condição resolutiva caso os requisitos de eficácia do TAC Plano de Ação sejam efetivados. As prorrogações visam permitir a conclusão dos trâmites previstos no TAC Plano de Ação - em especial, a transferência de controle societário da CRO para a MT Participações e Projetos S.A. ("MTPAR").

A ANTT já manifestou a sua anuência para transferência de controle societário da CRO para a MTPAR durante a reunião da Diretoria Colegiada realizada em 15 de dezembro de 2022, estando condicionada à implementação cumulativa das seguintes medidas: (i) aporte pelo Governo do Estado do Mato Grosso na MTPAR de todos os valores indispensáveis ao cumprimento das condições de eficácia do TAC Plano de Ação; e (ii) integralização no capital social da concessionária dos mútuos em aberto com o atual acionista.

Caso o TAC Plano de Ação não atinja a eficácia, o TA Relicitação iniciará a sua eficácia e, ao final, haverá compensação entre o valor estimado para a indenização da CRO e o montante previsto para pagamento dos autos de infração e demais processos que resulte em algum crédito do Poder Concedente com a CRO. Havendo saldo credor após esta compensação, os recursos serão utilizados para amortização do endividamento da CRO.

A Companhia, juntamente com a OTP e a CRO reiteram a sua confiança e comprometimento no encaminhamento regulatório que viabilize tempestivamente as melhorias necessárias ao sistema rodoviário e aos seus usuários juntamente com a segurança empresarial que necessita para sua operação.

Rentabilidade

O EBITDA da Companhia, ajustado pelos efeitos não recorrentes, foi negativo de R\$ 9,8 milhões, representando uma variação positiva de 36% em relação ao EBITDA do ano anterior, no montante de R\$ 15,4 milhões (reapresentado). Essa melhoria está impactada principalmente pela redução de R\$ 5,2 milhões nas despesas com pessoas e serviços de terceiros.

Com a mudança de classificação contábil do investimento detido na CRO, os resultados passam a ser apresentados em rubrica específica de operações descontinuadas, de modo que a demonstração dos resultados do Grupo deixou de refletir o Ebitda proveniente da concessionária CRO, o qual fechou o exercício no montante de R\$ 297,0 milhões, representado pelo aumento 2,8% em comparação ao apurado em 2021, ocasionado principalmente pelo aumento de 4,6% na receita de pedágio.

* * *

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas e Administradores da
OTP Rodovias S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da OTP Rodovias S.A. (anteriormente denominada Odebrecht Rodovias S.A.) (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidadas da OTP Rodovias S.A. (anteriormente denominada Odebrecht Rodovias S.A.) em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nºs 1 e 11 às demonstrações contábeis, que indicam, que o investimento mantido pela Companhia na controlada indireta, Concessionária Rota do Oeste S.A., passou a ser registrado como “ativos e passivos destinados a venda, ativo e passivo não circulante”, em função da decisão da administração e acionistas de não permanecer com referido investimento seja através de processo relicitatório do contrato de concessão, seja pela venda do controle acionário. As demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão sendo reapresentadas para refletir essa mesma classificação e conseqüente manutenção da comparabilidade das informações apresentadas. Nossa opinião não contém ressalvas relacionadas a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de abril de 2022.

OTP Rodovias S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021			2022	2021	2022	2021
Ativo circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	6	10.194	1.256	10.194	78.043	Empréstimos e financiamentos	15	-	-	-	950.262
Contas a receber	8	450	450	450	24.090	Arrendamento mercantil operacional	16	-	-	-	9.053
Tributos a recuperar	-	2.632	2.503	2.632	11.433	Fornecedores	-	814	680	814	19.641
Despesas antecipadas	-	-	-	-	3.981	Partes relacionadas	9	1.125	1.125	1.125	110.460
Outros ativos	-	634	9.784	634	15.502	Obrigações sociais e trabalhistas	-	3.612	5.684	3.612	18.256
		13.910	13.993	13.910	133.049	Impostos, taxas e contribuições sociais	-	479	731	479	11.909
						Outros passivos	-	29	29	29	3.129
								6.059	8.249	6.059	1.122.710
Ativos não circulante mantidos para negociação											
	11	-	-	2.126.693	-						
Ativo não circulante											
Realizável a longo prazo											
Títulos e Valores Mobiliários	7	126.431	133.929	126.431	133.929	Passivos relacionados a ativos não circulante mantidos para negociação					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	-	30.078		11	-	-	2.126.693	-
Partes relacionadas	9	38.767	39.734	38.767	40.116	Passivo não circulante					
Despesas antecipadas	-	-	-	-	30	Arrendamento mercantil operacional	16	-	-	-	2.795
Outros ativos	-	-	-	-	4.286	Fornecedores	-	-	-	-	4.356
		165.198	173.663	165.198	208.439	Partes relacionadas	9	-	-	-	58.482
						Provisão para contingências	17	-	-	-	3.235
Imobilizado	13	88	143	88	2.406	Provisão para conserva especial	18	-	-	-	150.899
Intangível	14	-	-	-	1.996.789	Provisão para perdas no valor recuperável de investimentos	19	-	-	-	815.103
		88	143	88	1.999.195	Outros passivos	-	-	-	-	3.553
								-	-	-	1.038.423
Patrimônio líquido											
						Capital social		1.202.509	1.202.509	1.202.509	1.202.509
						Prejuízos acumulados	20	(1.029.372)	(1.022.959)	(1.029.372)	(1.022.959)
								173.137	179.550	173.137	179.550
Total do ativo		179.196	187.799	2.305.889	2.340.683	Total do passivo e patrimônio líquido		179.196	187.799	2.305.889	2.340.683

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

OTP Rodovias S.A.

Demonstração dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Operações continuadas					(Reapresentado)
Resultado de participação societária	12	-	(5.945)	-	-
Gerais e administrativas	23	(9.877)	(15.496)	(9.877)	(15.494)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23	2	(407.702)	2	7
Prejuízo operacional		(9.875)	(429.143)	(9.875)	(15.487)
Resultado de participação societária	12	-	-	-	(5.945)
Resultado financeiro, líquido	24	(7.612)	731	(7.612)	728
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(17.487)	(428.412)	(17.487)	(20.704)
Operações descontinuadas					
Participação dos atuais controladores e não controladores nos ativos não circulantes mantidos para negociação	11	11.074	10.765	11.074	(396.943)
Prejuízo líquido do exercício		(6.413)	(417.647)	(6.413)	(417.647)
Atribuível a					
Acionistas da Companhia		(6.413)	(417.647)	(6.413)	(417.647)
Prejuízo líquido do exercício		(6.413)	(417.647)	(6.413)	(417.647)
Prejuízo por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)		(0,01)	(0,35)		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

OTP Rodovias S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Prejuízo líquido do exercício	(6.413)	(417.647)	(6.413)	(417.647)
Atribuível a				
Acionistas da Companhia	(6.413)	(417.647)	(6.413)	(417.647)
	(6.413)	(417.647)	(6.413)	(417.647)
Total do resultado abrangente do exercício atribuível aos acionistas da Companhia				
Operações continuadas	(17.487)	(428.412)	(17.487)	(428.412)
Nos ativos mantidos para negociação	11.074	10.765	11.074	10.765
Resultado abrangente do exercício	(6.413)	(417.647)	(6.413)	(417.647)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

OTP Rodovias S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais

	Atribuível aos acionistas da Companhia			Participação dos não controladores	Patrimônio líquido
	Capital social	Prejuízos acumulados	Total		
Saldos em 1º de janeiro de 2021	1.202.509	(605.312)	597.197	9.855	607.052
Prejuízo do exercício das operações continuadas	-	(428.412)	(428.412)	-	(428.412)
Prejuízo do exercício dos ativos mantidos para negociação	-	10.765	10.765	-	10.765
Total resultado abrangente do exercício	-	(417.647)	(417.647)	-	(417.647)
Participação de acionistas não controladores em empresas alienadas	-	-	-	(9.855)	(9.855)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.202.509	(1.022.959)	179.550	-	179.550
Prejuízo do exercício das operações continuadas	-	(17.487)	(17.487)	-	(17.487)
Prejuízo do exercício dos ativos mantidos para negociação	-	11.074	11.074	-	11.074
Total resultado abrangente do exercício	-	(6.413)	(6.413)	-	(6.413)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.202.509	(1.029.372)	173.137	-	173.137

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

OTP Rodovias S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021 (Reapresentado)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social das operações continuadas	(17.487)	(428.412)	(17.487)	(20.704)
Lucro (prejuízo) do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social dos ativos mantidos para negociação	11.074	10.765	21.381	(392.293)
Ajustes para reconciliação do lucro (prejuízo) do exercício				
Depreciação e amortização	33	36	33	36
Resultado de participações societárias	-	5.945	-	5.945
Juros e variações monetárias, líquidas	-	(54)	-	(54)
Impairment de recebíveis	-	407.708	-	-
Outros	7.520	-	7.520	(1.606)
Prejuízo ajustado das operações	(9.934)	(14.777)	(9.934)	(16.383)
Ajustes para reconciliação do lucro (prejuízo) do exercício dos ativos mantidos para negociação	-	-	373.975	680.223
Lucro ajustado dos ativos mantidos para negociação	11.074	11.125	395.356	287.930
Variações dos ativos e passivos				
Tributos a recuperar	(129)	1.099	(129)	1.099
Outros ativos	9.150	(9.192)	9.150	(9.192)
Fornecedores	134	(327)	134	(327)
Impostos, taxas, salários e contribuições sociais	(3.084)	(125)	7.991	(125)
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações	6.071	(8.545)	17.146	(8.545)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	(3.863)	(23.322)	7.212	(24.928)
Variações nos ativos e passivos dos ativos mantidos para negociação	-	(4.427)	(131.055)	(8.878)
Imposto de renda e contribuição social pagos pelos ativos mantidos para negociação	-	-	(2.896)	-
Juros pagos pelos ativos mantidos para negociação	-	-	(54.758)	(50.046)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais dos ativos mantidos para negociação	11.074	6.698	206.647	229.006
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Adições ao investimento	-	(9.524)	-	(9.524)
Adições ao imobilizado	-	(116)	-	(117)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	-	(9.640)	-	(9.641)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimentos dos ativos mantidos para negociação	-	75.879	(150.772)	(80.237)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Partes relacionadas	1.727	(58.081)	1.727	(39.106)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamentos	1.727	(58.081)	1.727	(39.106)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos dos ativos mantidos para negociação	-	-	(105.115)	(45.629)
Efeito de caixa de empresas excluídas da consolidação	-	-	(27.548)	1.305
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	8.938	(8.466)	(67.849)	30.770
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.256	9.722	78.043	47.273
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	10.194	1.256	10.194	78.043
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	8.938	(8.466)	(67.849)	30.770

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

OTP Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais

A OTP Rodovias S.A., (“Companhia” ou “OTP Rodovias”, e, de forma conjunta com sua controlada “Grupo”), com sede em São Paulo, foi constituída em 09 de dezembro de 2014 tendo por objeto social:

- (i) A exploração de concessões e investimentos em projetos no segmento de rodovias existentes ou que venham a ser licitados no Brasil, exclusivamente por meio de participação, direta ou indireta, em consórcios ou no capital de outras sociedades, na qualidade de quotista ou acionista; e
- (ii) A prestação de serviços de: (a) execução, gestão e fiscalização de atividades relacionadas à operação de tráfego, conservação e limpeza, melhoramento, ampliação e recuperação de rodovias ou estradas de rodagem e negócios afins; (b) operação de praças de cobrança de pedágios; (c) auxílio ao usuário, incluindo, mas não limitado a reboque de veículos, atendimento médico pré-hospitalar e inspeção de tráfego em rodovias; (d) planejamento, desenvolvimento, administração, tratamento de dados e gerenciamento de sistemas e de equipamentos de automação; (e) engenharia, compreendendo concepção, planejamento, elaboração de orçamentos e propostas, estudos de viabilidade, contratação, assessoria técnica, execução e gerenciamento de projetos e de obras em geral; (f) gerenciamento, implantação e manutenção de sinalização viária; e (g) gerenciamento e administração de faixas de domínio de rodovias.

A Companhia é parte integrante do Grupo Novonor, sendo controlada de forma direta pela OTP S.A. (“OTP”) e de forma indireta pela Novonor S.A. – Em Recuperação Judicial (“Novonor”).

Em 17 de junho de 2019, a Novonor, juntamente com sua controladora direta ODBINV S.A., sua controladora indireta Kieppe Participações e Administração Ltda. e mais 18 empresas de seu grupo econômico, não incluindo a OTP Rodovias e a sua controlada, protocolaram pedidos de Recuperação Judicial. Exceto quanto a uma das empresas, que solicitou desistência do pedido, após acordo firmado com os seus credores, todos os pedidos foram aprovados e homologados.

(a) Informações sobre a controlada Concessionária Rota do Oeste S.A. (“CRO”)

Contrato de concessão

A CRO, controlada direta da Companhia, foi constituída em 27 de dezembro de 2013 e iniciou suas operações em 06 de setembro de 2015, tendo como objeto explorar, pelo regime de concessão, o sistema rodoviário composto por trechos da BR-163/MT e BR-070/MT, com prazo de 30 anos, conforme contrato de concessão firmado com a União por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

(i) Tratativas para a solução do Contrato de Concessão junto à ANTT

O plano de negócios da CRO previa a captação de empréstimo de longo prazo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) para o financiamento das obras previstas no contrato de concessão e liquidação dos empréstimos de curto prazo, porém, a deterioração do cenário econômico e político do País trouxe implicação direta no mercado de crédito, impactando a estruturação do financiamento de longo prazo.

Assim, diante da interrupção das negociações para a contratação do empréstimo de longo prazo nas condições planejadas inicialmente, a Companhia, em conjunto com a sua controladora OTP e a CRO, tem buscado alternativas junto ao Poder Concedente para solução do Contrato de Concessão, amparada pela regulação do setor de rodovias, que passou por diversas mudanças nos últimos anos.

OTP Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 23 de março de 2021, a ANTT publicou a Deliberação nº 105, que determinava que a CRO realizasse, em 30 dias, um plano de trabalho para retomada dos investimentos, com prazo de até 180 dias para a conclusão de determinadas obras. Em caso de descumprimento, a ANTT realizaria a instauração do processo administrativo de caducidade. Nesse contexto, a CRO apresentou, em 31 de março de 2021, a proposta de dois Termos de Ajuste de Conduta (“TAC”) para saneamento das inexecuções contratuais, “TAC Plano de Ação” e “TAC Multas”.

Em 21 de outubro de 2021, a ANTT instaurou o processo administrativo de caducidade, cuja resposta foi apresentada pela CRO em 09 de dezembro de 2021, com o encaminhamento de requerimento junto à ANTT manifestando a intenção de aderir ao Processo de Relicitação do Contrato de Concessão, em observância aos requisitos da Lei nº 13.448/2017.

Em 10 de março de 2022, a Diretoria Colegiada da ANTT, através da Deliberação nº 102 da mesma data atestou a viabilidade técnica e jurídica do requerimento de relicitação da concessão apresentado pela CRO, nos termos do art. 4º do Decreto nº 9.957/2019. Adicionalmente determinou o envio do referido processo ao Ministério da Infraestrutura, em atendimento ao art. 5º do Decreto nº 9.957/2019.

Em 05 de maio de 2022, o Ministério da Infraestrutura, através da publicação da Portaria nº 24, declarou a compatibilidade do requerimento de relicitação da concessão da rodovia da BR-163/MT - trecho entre a divisa com o Estado de Mato Grosso do Sul e término no entroncamento com a MT-220, com o escopo da política pública e submeteu ao Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI da Presidência da República para deliberação, nos termos do art. 6º, caput, do Decreto nº 9.957, de 6 de agosto de 2019.

Em 02 de junho de 2022, através da Resolução CPPI nº 235/2022, o Conselho do PPI da Presidência da República opinou favoravelmente pelo envio ao Presidente da República para qualificação do empreendimento público sob contrato de concessão assinado pela CRO.

Como parte das tratativas junto à ANTT para retomada dos investimentos contratuais, em 23 de agosto de 2022, a CRO protocolou na Agência requerimento para anuência a troca de controle, apresentando nova versão de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC. A proposta tramitou em procedimento administrativo sob análise do Poder Concedente e, de modo paralelo, tramitou sob o rito de acompanhamento no respectivo Órgão de Controle – TCU, resultando no Acórdão nº 2139/2022, com a conclusão, unânime, da Corte da inexistência de óbice para a celebração do TAC.

Assim, no dia 04 de outubro de 2022, foi assinado o TAC Plano de Ação, condicionada a troca de controle acionário da CRO. O TAC Plano de Ação contempla dentre outros aspectos: (i) o replanejamento das obras em 8 anos; (ii) o sobrestamento de todo passivo regulatório mediante sua extinção após o cumprimento do TAC; e (iii) extinção da arbitragem contra a ANTT.

Em continuidade ao requerimento para aderir ao Processo de Relicitação do contrato de concessão para devolução amigável, protocolado em 9 de dezembro de 2021, que culminou na publicação do Decreto presidencial nº 11.122/2022, que qualifica o empreendimento da BR-163/MT para fins de relicitação, no dia 05 de outubro de 2022, a CRO celebrou o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Edital nº 003/2013 (“TA Relicitação”) nos termos da Lei 13.448/2017, que passou a vigor em 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua assinatura, com a condição resolutive de extinção, quando efetivados requisitos de eficácia do TAC Plano de Ação da troca de controle.

No dia 05 de dezembro de 2022, após a Deliberação da Diretoria Colegiada da ANTT nº 363, foi firmado o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, acrescentando 60 dias ao início da vigência do 4º Termo Aditivo (“TA Relicitação”). A prorrogação do início da vigência do TA Relicitação, visa permitir que se concluam os trâmites previstos no TAC Plano de Ação - em especial, a transferência de controle societário da CRO, que está em negociação pela Companhia, em conjunto com a OTP.

OTP Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O TA Relicitação extingue-se quando e se efetivadas as condições de eficácia do TAC Plano de Ação, entre as quais: (i) o saneamento dos passivos da CRO perante os atuais credores com recursos diretamente do novo acionista; (ii) anuência da ANTT para a transferência do controle societário da Concessionária; e (iii) a conclusão da governança dos atuais acionistas da CRO.

Caso o TAC Plano de Ação não atinja a eficácia, o TA Relicitação iniciará a sua vigência e, ao final, haverá compensação entre o valor estimado para a indenização da CRO e o montante previsto para pagamento dos autos de infração e demais processos que resulte em algum crédito do Poder Concedente com a CRO.

(ii) Alienação de controle da CRO

A Companhia, em conjunto com sua controladora OTP, permanecem empenhadas para a efetivação da alienação de controle acionário da CRO, estando em um estágio avançado de negociações junto à empresa de economia mista Participações e Projetos S.A ("MTPAR"). A troca de controle possibilitará a CRO viabilizar as melhorias necessárias ao Sistema Rodoviário e aos seus usuários, com a segurança empresarial necessária à sua operação.

Nesse contexto, no dia 14 de dezembro de 2022, em sessão plenária realizada na Assembleia Legislativa do Mato Grosso, foi aprovado o projeto de Lei nº 963/2022, que altera a Lei Orçamentária Anual do Estado para o ano de 2023, acrescentando no orçamento fiscal da MTPAR crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1 bilhão para atender as despesas de transferência do controle acionário da CRO e os investimentos previstos no TAC Plano de Ação. Com isso, a ANTT manifestou a sua anuência para transferência de controle societário da CRO para a MTPAR na reunião da Diretoria Colegiada realizada em 15 de dezembro de 2022, nos termos da Deliberação nº 382, publicada no Diário Oficial da União de 16 de dezembro de 2022, condicionado à implementação cumulativa das seguintes medidas: (i) aporte pelo governo do estado do Mato Grosso na MTPAR de todos os valores indispensáveis ao cumprimento das condições de eficácia do TAC Plano de Ação e (ii) integralização no capital social da CRO dos mútuos em aberto com a Companhia e a OTP.

Caso a alienação não seja efetivada, o TAC Plano de Ação deixará de atingir sua eficácia, iniciando-se assim a vigência do TA Relicitação, conforme mencionado no item (i) acima.

(iii) Passivo Regulatório junto à ANTT

A CRO possui autos de infração lavrados pela ANTT, mediante os quais a Agência alega o descumprimento de determinadas obrigações previstas no contrato de concessão firmado e no Programa de Exploração da Rodovia (PER), pela suspensão das obras de infraestrutura e da duplicação, decorrentes da não liberação do financiamento de longo prazo. A Administração da CRO entende que as penalidades, se impostas ou confirmadas no âmbito administrativo podem vir a ser objeto de discussão na esfera judicial envolvendo, inclusive, o painel arbitral já instaurado.

Em 07 de agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região concedeu decisão liminar, em ação cautelar proposta pela CRO, proibindo que a ANTT aplique penalidades contratuais, imponha descontos tarifários que tenham efeitos punitivos, ou ainda que execute a garantia em desfavor da Concessionária, bem como sejam mantidas as condições tarifárias vigentes, até que seja concluído o pedido administrativo de Revisão Contratual Periódica (Quinquenal), ou até a deliberação no processo arbitral sobre o tema. Em 11 de maio de 2020, a Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional, proferiu a Ordem Processual n.º 6, por meio do qual foi mantida a ordem liminar concedida judicialmente, de manutenção do patamar tarifário praticado pela CRO.

OTP Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A arbitragem, atualmente, encontra-se em fase instrutória, as provas deferidas até o momento: Perícias i) econômico e financeira; ii) ambiental; iii) avaliação de imóveis; iv) engenharia de rodovias. A última movimentação no processo arbitral se refere ao deferimento, a pedido das Partes, da suspensão do procedimento até 17 de fevereiro de 2023 que, caso seja retomado, incorrerá o prazo para as partes se pronunciarem sobre a manifestação apresentada a respeito do conteúdo preliminar do laudo pericial emitido pelos peritos, além de impugnação aos quesitos complementares apresentados por cada Parte.

Em relação aos processos administrativos em trâmite no TCU, em 02 de março de 2021, a 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal concedeu decisão liminar confirmando a cautelar concedida em dezembro de 2020, com base nas provas apresentadas e após a manifestação da União e ANTT. Essa liminar suspendeu a redução tarifária determinada por meio de decisão cautelar proferida no âmbito do Tribunal de Contas da União (“TCU”) na sessão plenária de julgamento do dia 02 de dezembro 2020. Em 26 de fevereiro de 2021, a ANTT protocolou Agravo de Instrumento perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com pedido liminar requerendo a suspensão da decisão proferida em 09 de dezembro de 2020. Referida liminar requerida no âmbito recursal foi indeferida. A decisão judicial de 02 de março de 2021, permanece vigente até que se conclua o devido processo administrativo junto à ANTT.

De modo a preservar a estabilidade do patamar tarifário, o TAC Plano de Ação firmado com a ANTT no dia 04 de outubro de 2022, estabelece como obrigação da ANTT: (i) a solicitação de autorização do TCU para suspensão, durante todo o período do TAC, dos impactos econômicos e financeiros decorrentes das determinações já exaradas ou ainda a ser proferidas pela Corte de Contas nos Processos TC nº 032.830/2016-5 e 023.217/2015-4 e (ii) acolhimento pelo TCU dos requerimentos formulados pela ANTT sobre a suspensão dos eventuais impactos econômicos-financeiros dos processos em tramitação sem qualquer impacto tarifário, durante todo o período de execução do TAC. Em 16 de dezembro de 2022, a ANTT requereu ao TCU a extinção do processo e seu arquivamento após comprovação do efetivo cumprimento do TAC.

Desta forma, ainda não há como determinar como a CRO será afetada pelos resultados das discussões que envolvem o passivo regulatório e por quaisquer de seus desdobramentos em outras instâncias, na eventualidade da não ocorrência da troca de controle.

(b) Principais Medidas e Impactos Decorrentes da Pandemia

Durante o período da pandemia, a Companhia e de sua controlada monitoraram os impactos causados pelo Novo Coronavírus (“Covid-19”) em seus negócios e adotou as medidas necessárias à preservação da saúde e da segurança de seus empregados e de seus usuários e buscaram assegurar o caixa necessário para manutenção das suas operações.

(c) Ativos não circulantes mantidos para negociação

A Companhia, em conjunto com a sua controladora, permanece comprometida com o plano de alienação de seus ativos, aprovado pelos acionistas da OTP em dezembro de 2017 (“Plano de Alienação”). Neste contexto, conforme mencionado no item (a) desta Nota, obteve avanços nas ações em curso para a alienação da participação detida na CRO, com expectativas de concretização em 2023.

Isso posto, os saldos de ativos e passivos da CRO, existentes em 31 de dezembro de 2022, passaram a ser apresentados nas rubricas de “Ativos não circulante mantidos para negociação” e “Passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para negociação”, no Balanço patrimonial, e os resultados e fluxos de caixa dos exercícios, findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, em rubrica de “Operações descontinuadas”, na Demonstração de resultado e na Demonstração de fluxos de caixa, respectivamente.

OTP Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O registro está contabilizado pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda, sendo os efeitos apresentados na Nota 10.

(d) Acordos com autoridades, Governança e Compliance

A Companhia, juntamente com as sua controlada, possui compromisso de, continuamente, atuar com transparência e integridade, conforme as melhores práticas de governança e com as leis, normas e regulamentos aplicáveis. Nesse sentido, foi desenvolvido e vem sendo constantemente aprimorado desde 2017, um sistema de conformidade, que visa garantir e zelar por uma conduta baseada em princípios e valores éticos. Sistema este que foi monitorado e certificado pelas autoridades nacionais e internacionais, em função dos acordos de leniência firmados por sua Controladora – Novonor.

(e) Reapresentação dos resultados e fluxos de caixa

As demonstrações de resultado do exercício, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão sendo reapresentadas para fins de comparabilidade, em atendimento ao CPC 26 R (1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Os efeitos decorrem do investimento na CRO que, em 31 de dezembro de 2022, passou a ser classificado como “Ativos não circulantes mantidos para negociação”, por conta do avanço no processo de alienação da participação acionária, conforme mencionado no item “d” acima. Os efeitos de reapresentação encontram-se demonstrados a seguir.

Reapresentação da Demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

	Divulgado	Efeitos de reapresentação			Reapresentado
		CRO	Eliminações	Total	
Operações descontinuadas					
Receita líquida	610.926	(610.926)	-	(610.926)	-
Custo dos serviços prestados	(379.148)	379.148	-	379.148	-
Lucro bruto	231.778	(231.778)	-	(231.778)	-
Gerais e administrativas	(46.560)	42.191	(11.125)	31.066	(15.494)
Outras despesas, líquidas	(411.288)	3.587	407.708	411.295	7
Prejuízo operacional	(226.070)	(186.000)	396.583	210.583	(15.487)
Resultado de participação societária	(50.790)	-	44.845	44.845	(5.945)
Resultado financeiro, líquido	(135.777)	136.505	-	136.505	728
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(412.637)	(49.495)	441.428	391.933	(20.704)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(4.650)	4.650	-	4.650	-
Prejuízo das operações continuadas	(417.287)	(44.845)	441.428	396.583	(20.704)
Operações descontinuadas					
Participação dos atuais controladores e não controladores nos ativos não circulantes mantidos para negociação	(360)	-	(396.583)	(396.583)	(396.943)
Prejuízo líquido do exercício	(417.647)	(44.845)	44.845	-	(417.647)

OTP Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Reapresentação da Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

	Divulgado	Efeitos de reapresentação			Reapresentado
		CRO	Ajustes / Eliminações	Total	
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social das operações continuadas	(412.637)	(49.495)	441.428	391.933	(20.704)
Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social das operações descontinuadas	(360)	49.495	(441.428)	(391.933)	(392.293)
Ajustes para reconciliação do prejuízo das operações continuadas					
Depreciação e amortização	59.324	(59.288)	-	(59.288)	36
Resultado de participações societárias	60.314	-	(54.369)	(54.369)	5.945
Ajuste a valor presente	3.741	(3.741)	-	(3.741)	-
Provisão para contingências	(1.841)	1.841	-	1.841	-
Juros e variações monetárias, líquidos	118.472	(135.075)	16.549	(118.526)	(54)
Resultado na baixa de ativos imobilizado e intangível	1.196	(1.172)	-	(1.172)	24
Impairment de recebíveis	407.708	-	(407.708)	(407.708)	-
Outros	42.323	(55.078)	11.125	(43.953)	(1.630)
Prejuízo ajustado das operações	278.600	(302.008)	7.025	(294.983)	(16.383)
Ajustes para reconciliação do prejuízo do exercício das operações descontinuadas	2.831	252.513	434.403	686.916	689.747
Prejuízo ajustado dos ativos das operações descontinuadas	2.471	302.008	(7.025)	294.983	297.454
Variações dos ativos e passivos					
Contas a receber	(4.093)	4.270	(177)	4.093	-
Tributos a recuperar	(3.226)	4.217	108	4.325	1.099
Outros ativos	(10.752)	1.712	(152)	1.560	(9.192)
Fornecedores	9.176	6.566	(16.069)	(9.503)	(327)
Impostos, taxas, salários e contribuições sociais	(1.598)	(3.816)	5.289	1.473	(125)
Outros passivos	(2.295)	1.042	1.253	2.295	-
	(12.788)	13.991	(9.748)	4.243	(8.545)
Pagamento de juros e encargos financeiros	(48.834)	48.834	-	48.834	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	6.542	(6.542)	-	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	216.978	(232.641)	(9.265)	(241.906)	(24.928)
Variações nos ativos e passivos das operações descontinuadas	(4.635)	(13.991)	9.748	(4.243)	(8.878)
Juros pagos das operações descontinuadas	(1.212)	(48.834)	-	(48.834)	(50.046)
Imposto de renda e contribuição social pagos das operações descontinuadas	-	(6.542)	6.542	-	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) operações descontinuadas	(3.376)	232.641	9.265	241.906	238.530
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Adições ao investimento	(9.524)	(9.524)	9.524	-	(9.524)
Adições ao imobilizado	(1.142)	1.025	-	1.025	(117)
Adições ao intangível	(164.104)	164.104	-	164.104	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	(174.770)	155.605	9.524	165.129	(9.641)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos das operações descontinuadas	75.368	(155.605)	(9.524)	(165.129)	(89.761)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Empréstimos e financiamentos					
Amortização de principal	(52.276)	52.276	-	52.276	-
Pagamento de custos de transação	(4.496)	4.496	-	4.496	-
Partes relacionadas	(39.106)	(18.975)	18.975	-	(39.106)
Aumento de capital	-	-	-	-	-
Arrendamento mercantil	12.988	-	(12.988)	(12.988)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(82.890)	37.797	5.987	43.784	(39.106)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos das operações descontinuadas	(1.845)	(37.797)	(5.987)	(43.784)	(45.629)
Efeito de caixa das empresas excluídas na consolidação	1.305	-	-	-	1.305
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	30.770	-	-	-	30.770
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	47.273	-	-	-	47.273
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	78.043	-	-	-	78.043
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	30.770	-	-	-	30.770

OTP Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram autorizadas pela Diretoria da Companhia em 20 de abril de 2023.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos, que é ajustado para refletir a mensuração do valor justo em determinados ativos e passivos financeiros.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão divulgadas na nota 3.

Conforme descrito na nota 1(b), a Administração vem avaliando a capacidade da Companhia e sua controlada em continuar operando e está implementando ações para reestabelecer seu equilíbrio econômico-financeiro, de modo que tenha recursos para dar continuidade aos seus negócios. Portanto, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nesse pressuposto.

2.2. Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da Companhia estão sendo apresentadas juntamente com as demonstrações contábeis consolidadas, tendo sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

Nas demonstrações contábeis individuais, o investimento na empresa controlada vinha sendo contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e passou a ser apresentado pelo seu valor justo em 31 de dezembro de 2022, classificado como Ativos não circulantes mantidos. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.3. Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as normas emitidas pelo CPC. Todas as informações relevantes próprias destas demonstrações contábeis consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às práticas utilizadas pela Administração na gestão da Companhia.

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem a seguinte companhia em 31 de dezembro:

	País	Participação no capital social(%)	
		2022	2021
Companhias consolidadas			
Concessionário Rota do Oeste S.A. (i)	Brasil	100,00%	100,00%

(i) Investimento reclassificado para Ativos mantidos para negociação.

OTP Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando-se a moeda do principal ambiente econômico, no qual cada empresa atua ("moeda funcional"). A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real.

2.5. Ativo intangível

Os ativos intangíveis da Companhia são construídos em decorrência do contrato de concessão e registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01, item 17, mediante o qual são estimados o valor justo de construção e outros custos incorridos com a implementação de infraestrutura.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a certos pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que possam afetar os saldos registrados.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão, a partir da data em que esses estão disponíveis para uso, já que tal método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

2.6. Benefícios a empregados

a) Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma metodologia, que leva em conta o resultado atribuído aos acionistas da Companhia. O Grupo reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada.

b) Obrigações de aposentadoria

O Grupo mantém um convênio de adesão com a Vexty Previdência S.A. ("Vexty"), entidade fechada de previdência privada, instituída pela Novonor, constituindo-se em uma de suas patrocinadoras conveniadas. A Vexty proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.

No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da Vexty estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes e, em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação, nem responsabilidade, por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar.

Por se tratar de um plano de contribuição definida, cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a Administração avaliou como não aplicável ao plano Vexty o tratamento como plano de benefício definido, conforme CPC 33 – Benefícios a empregados.

2.7. Normas novas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo:

OTP Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1) e CPC 23 (IAS 8) – A partir de 1º de janeiro de 2023;
- IFRS 17 Contratos de Seguros - A partir de 1º de janeiro de 2023;
- Divulgação de políticas contábeis – alterações ao CPC 23 (IAS 8) e IFRS Practice Statement 2;
- Definição de estimativas contábeis – alterações ao CPC 23 (IAS 8);
- Imposto diferido relacionados a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alteração ao CPC 32/IAS 12)
- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback – alterações ao CPC 06 (IFRS 16)
- Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua associada ou joint venture – alterações ao CPC 36 e CPC 18 (IFRS 10 e IAS 28) e;
- Passivo não circulante com covenants – alterações ao CPC 26 (IAS 11.)

A Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações contábeis e não espera que as mudanças tenham impacto significativo.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Estimativas e julgamentos críticos são aqueles que requerem julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de se fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem ser distintos dos planejados em função de diferenças nas variáveis, premissas ou condições usadas nas estimativas.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia e sua controlada formam seus julgamentos sobre eventos futuros, estão apresentadas a seguir as principais variáveis e premissas utilizadas nas seguintes estimativas críticas.

a) Provisão para perda no valor recuperável de ativos (“*Impairment*”)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos anualmente para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o valor do ativo é superior ao seu valor de recuperação, um novo valor do ativo é determinado, mediante constituição de perda no valor recuperável.

O Grupo determina o valor em uso do ativo através do valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, descontados a valor presente, usando taxas de descontos que reflitam as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Para a projeção do fluxo de caixa, são consideradas estimativas do número de usuários, índices de reajustes de tarifas, crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), elasticidade do PIB do negócio, custos operacionais, inflação, taxas de descontos e reequilíbrios contratuais.

OTP Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, entretanto, sofrer alterações.

c) Reconhecimento de margem da receita de construção

Na apuração do valor justo da margem da receita de construção, cujo valor é próximo de zero, as empresas controladas utilizam o custo total incorrido, mais uma margem de lucro, quando aplicável, com base nos custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados.

d) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros dos ativos sejam consumidos, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. Caso não seja possível estimar os benefícios econômicos futuros, a amortização é feita de forma linear.

O efeito da amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão é reconhecido com base nas projeções das curvas de demanda, limitado ao prazo final da concessão. A Administração reconhece que essa é a melhor estimativa para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, sendo essa estimativa também utilizada pelas principais empresas do segmento. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

e) Provisões cíveis, trabalhistas e previdenciárias

A Companhia e sua empresa controlada estimam e atualizam as provisões para as perdas prováveis com base nos desfechos em seus processos e na taxa média de êxito, calculada em conjunto e com amparo da opinião de seus consultores legais externos.

f) Provisão para conserva especial

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia e sua controlada define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato de concessão, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

OTP Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos ao valor presente, levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

a) Considerações gerais

As atividades da Companhia e de suas empresas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição ao risco de taxa de juros. A gestão de risco do Grupo leva em consideração a imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os negócios do Grupo.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia e sua empresa controlada estão expostas: (i) aos riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; (ii) aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber; e (iii) aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços.

A gestão de riscos de liquidez, de crédito e de mercado se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e do patrimônio.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo Grupo, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de assegurar a liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais dos negócios.

d) Risco de crédito

As operações que sujeitam a Companhia e sua empresa controlada à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde ficam expostas ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, o Grupo mantém contas correntes bancárias com instituições financeiras consideradas pela Administração como de primeira linha, considerando parâmetros objetivos, tais como a classificação de risco por agências de Rating (S&P, Fitch, Moody's) e o seu respectivo Patrimônio Líquido.

OTP Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

e) Riscos de mercado / Taxas de juros

A Companhia e sua empresa Controlada estão expostas ao risco da variação de taxas de juros e índices de inflação, que podem causar aumentos significativos em suas despesas financeiras, com o provisionamento de juros futuros. As dívidas atualmente contratadas estão sujeitas às variações da Taxa de Longo Prazo (“TLP”), do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”), do Certificado de Depósito Bancário (“CDI”) e da Taxa de Depósito Interfinanceiros (“DI”).

A empresa controlada também está exposta ao risco de variação de índices de preços nas receitas operacionais onde as tarifas são reajustadas pelo IPCA. Gestão de capital – Consolidado

Os objetivos da Companhia e sua controlada ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade possibilitando o retorno do capital investido aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital adequada que otimize seus custos e riscos.

A Companhia e sua empresa controlada monitoram a sua estrutura de capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total, o qual é representado pela soma do patrimônio líquido consolidado.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumariados:

	Nota	2022	2021
Empréstimos e financiamentos	15	-	950.262
Arrendamento mercantil operacional	16	-	11.848
Caixa e equivalentes de caixa	6	(10.194)	(78.043)
Títulos e Valores Mobiliários	7	(126.431)	(133.929)
Dívida líquida		(136.625)	750.138
Patrimônio líquido		173.137	179.550
Total do capital próprio e de terceiros		36.512	929.688
Índice de alavancagem financeira - %		-374%	81%

5. Instrumentos financeiros por categoria – Consolidado

A segregação dos instrumentos financeiros consolidados, por categoria, foi realizada da seguinte forma:

	Nota	Ativos ao valor justo por meio do resultado		Ativos e passivos mensurados ao custo amortizado	
		2022	2021	2022	2021
Ativos, conforme o balanço patrimonial					
Caixa e equivalentes de caixa	6	-	-	10.194	78.043
Títulos e Valores Mobiliários	7	126.431	133.929	-	-
Contas a receber	8	-	-	450	24.090
Demais contas a receber		-	-	634	15.502
		126.431	133.929	11.278	117.635
Passivos, conforme o balanço patrimonial					
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	-	950.262
Arrendamento mercantil operacional	16	-	-	-	11.848
Fornecedores	-	-	-	814	23.997
Partes relacionadas	9	-	-	1.125	168.942
Outros passivos	-	-	-	29	6.682
		-	-	1.968	1.161.731

Em 31 de dezembro de 2022, o Consolidado não contempla os saldos detidos pela CRO, os quais foram reclassificados para a rubrica de “Ativos não circulantes mantidos para negociação” (Nota 10).

OTP Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e bancos	966	1.256	966	5.454
Numerários em trânsito	-	-	-	302
Aplicações financeiras (a)	9.228	-	9.228	71.747
Fundo fixo e de troca	-	-	-	540
	10.194	1.256	10.194	78.043

a) Os recursos financeiros mantidos em aplicações financeiras estão aplicados em fundos de investimento de baixo risco, que buscam acompanhar a variação do CDI, podendo ser prontamente conversíveis em caixa. Em 31 de dezembro de 2022, os valores estavam aplicados em bancos de primeira linha, com remunerações entre 96% e 103% do CDI.

Em 31 de dezembro de 2022, o Consolidado não contempla os saldos detidos pela CRO, os quais foram reclassificados para a rubrica de “Ativos não circulantes mantidos para negociação” (Nota 10).

7. Títulos e Valores Mobiliários – Controladora e Consolidado

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de R\$ 126.431 (2021 – R\$ 133.929) está representado pelo valor das cotas do OTP CRB Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“FIP OTP CRB”), que foi constituído com a finalidade de deter a participação acionária de 15% do capital social da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. (“CRB”).

A CRB era controlada integral da Companhia, sendo o controle acionário alienado em 28 de maio de 2019. O Contrato de Concessão, assinado em abril de 2009, tem como objetivo a exploração, sob regime de concessão, do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do Corredor Dom Pedro I. A concessão, pelo prazo de 30 anos mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, construção de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, recuperação especial, projetos, gerenciamento de obra, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios, dentre outros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a variação das cotas foi de R\$ 7.498 (2021 - R\$ 3.580), decorrente, substancialmente, do reflexo do investimento detido na CRB.

8. Partes relacionadas

Controladora

Empresa relacionada	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Resultado do exercício
	Outros ativos	Partes relacionadas	Partes relacionadas	Transações
Agrovia do Nordeste S.A. (b)	-	-	-	60
Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A. (b)	-	-	45	36
Construtora Norberto Odebrecht S.A. (“CNO”) (b)	291	-	-	(439)
Novonor S.A. Em recuperação Judicial (b)	40	-	-	-
Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A. (“OECI”) (c) (e)	27	-	-	-
OTP Mobilidade S.A. (b)	5	-	-	55
OTP Transport S.A. (a) (b)	17	38.767	1.080	(411)
OM Linha 6 Participações S.A. (b)	5	-	-	55
Saldos em 31 de dezembro de 2022	385	38.767	1.125	(644)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	379	39.734	1.125	(167)

OTP Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado

Empresa relacionada	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Resultado do exercício
	Outros ativos	Adiantamento a fornecedores	Partes relacionadas	Partes relacionadas	Transações
Agrovia do Nordeste S.A. (b)	-	-	-	-	60
Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A. (b)	-	-	45	-	36
Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO") (b)	291	-	-	-	(439)
Novonor S.A. Em recuperação Judicial (b)	40	-	-	-	-
Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A. ("OECI") (c) (d)	27	-	-	-	-
OTP Mobilidade S.A. (b)	5	-	-	-	55
OTP Transport S.A. (a) (b)	17	-	38.767	1.080	(411)
OM Linha 6 Participações S.A. (b)	5	-	-	-	55
Saldos em 31 de dezembro de 2022	385	-	38.767	1.125	(644)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	379	71.402	40.116	110.460	58.482
					21.654

- a) Os valores apresentados em Partes relacionadas, no Ativo não circulando, referem-se à operação de mútuo realizadas para transferência de recursos oriundos da alienação da CRC, CBN e CRA, para a OTP, destinados à amortização parcial de dívidas financeiras.
- b) Os saldos de outros ativos e Fornecedores decorrem do rateio e repasse de despesas administrativas, tais como aluguéis e serviços compartilhados (contabilidade, tesouraria, folha de pagamento e tecnologia da informação, dentre outros) e/ou repasse de passivos trabalhistas.
- c) No Consolidado, em 2021, os saldos apresentados em Adiantamento a fornecedores e parte do saldo apresentado em Fornecedores, nos montantes respectivos de R\$ 71.402 e R\$ 103.326, decorriam de saldos contratuais da CRO com a OEI em função do contrato de execução das obras de recuperação e ampliação da capacidade do sistema rodoviário da rodovia BR-163/MT ("Contrato EPC"), o qual foi encerrado em 07 dezembro de 2022, com extinção de direitos e obrigações e outorga de quitações amplas e recíprocas em relação aos seus respectivos direitos e obrigações.

9. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido - Consolidado

Em 2021, os saldos dos ativos e passivos de imposto de renda diferido, apresentados de forma líquida, refletem os ajustes temporários e prejuízos fiscais de Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica ("IRPJ") e bases negativas de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") da CRO, sendo:

	2021
Ativo (passivo) fiscal diferido	
Juros, IOF, custos de transação capitalizados e AVP	(30.506)
Prejuízo fiscal / Base negativa (*)	7.314
Provisão para Manutenção Especial - ICPC01	45.197
Outras diferenças temporárias	8.073
	30.078

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo existente, no montante de R\$ 25.213, foi reclassificado para a rubrica de "Passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para negociação" (Nota 10).

10. Ativos não circulantes mantidos para negociação

Tendo em vista a reclassificação do investimento na CRO para "Ativos não Circulantes Mantidos para Negociação", descritos na Nota 1, os resultados apurados e os fluxos de caixa dessa empresa passaram a ser apresentados de forma aglutinada, sendo os efeitos detalhados nos itens (a) e (b) a seguir.

OTP Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Saldo patrimonial em 31 de dezembro de 2022

Ativo	2022		
	CRO	Eliminações	Total
Caixa e equivalentes de caixa	27.548	-	27.548
Contas a receber	28.568	-	28.568
Tributos a recuperar	3.144	-	3.144
Despesas antecipadas	5.658	-	5.658
Outros ativos	7.607	-	7.607
Ativo circulante	72.525	-	72.525
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26.647	-	26.647
Depósitos judiciais	3.251	-	3.251
Tributos a recuperar	2.493	-	2.493
Imobilizado	1.529	-	1.529
Intangível	1.983.380	-	1.983.380
Ativo de contrato	36.868	-	36.868
Ativo não circulante	2.054.168	-	2.054.168
Total do ativo	2.126.693	-	2.126.693

Passivo	2022		
	CRO	Eliminações	Total
Fornecedores	17.549	-	17.549
Empréstimos e financiamentos	953.074	-	953.074
Partes relacionadas	387	-	387
Impostos, taxas e contribuições sociais	8.269	-	8.269
Obrigações sociais e trabalhistas	12.062	-	12.062
Outros passivos	12.248	-	12.248
Passivo circulante	1.003.589	-	1.003.589
Fornecedores	3.979	-	3.979
Partes relacionadas	456.138	(456.138)	-
Provisão para perdas ao valor recuperável de investimentos	-	945.543	945.543
Provisão para contingências	2.684	-	2.684
Outros passivos	170.898	-	170.898
Passivo não circulante	633.699	489.405	1.123.104
Total do passivo	1.637.288	489.405	2.126.693
Patrimônio líquido não controladores	489.405	(489.405)	-
Total do passivo e patrimônio líquido	2.126.693	-	2.126.693

OTP Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro

	2022				2021				
	OTP Rodovias	CRO	Eliminações	Total	OTP Rodovias	CRC	Eliminações	CRO Nota 1 (e)	Total
Operações descontinuadas									
Receita líquida	-	635.296	-	635.296	-	5.810	-	610.926	616.736
Custo dos serviços prestados	-	(382.020)	-	(382.020)	-	(3.215)	-	(379.148)	(382.363)
Lucro bruto	-	253.276	-	253.276	-	2.595	-	231.778	234.373
Despesas gerais e administrativas	-	(44.593)	-	(44.593)	-	(1.599)	-	(31.066)	(32.665)
Outras despesas, líquidas	-	881	-	881	-	-	-	(411.295)	(411.295)
Resultado operacional	-	209.564	-	209.564	-	996	-	(210.583)	(209.587)
Alienação de investimentos	11.074	-	-	11.074	10.765	-	(11.148)	-	(383)
Impairment	-	-	(63.034)	(63.034)	-	-	-	(44.845)	(44.845)
Resultado financeiro líquido	-	(136.223)	-	(136.223)	-	(973)	-	(136.505)	(137.478)
Resultado antes dos impostos	11.074	73.341	(63.034)	21.381	10.765	23	(11.148)	(391.933)	(392.293)
Imposto de renda e contribuição social	-	(10.307)	-	(10.307)	-	-	-	(4.650)	(4.650)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	11.074	63.034	(63.034)	11.074	10.765	23	(11.148)	(396.583)	(396.943)

(iii) Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro

	2022				2021				
	OTP Rodovias	CRO	Eliminações	Total	OTP Rodovias	CRC	Eliminações	CRO Nota 1 (e)	Total
Fluxos de caixa das atividades operacionais									
Resultado antes dos impostos	11.074	73.341	(63.034)	21.381	10.765	23	(11.148)	391.933	391.573
Ajustes para reconciliação do prejuízo do período									
Depreciação e amortização	-	66.906	-	66.906	-	1.268	-	(59.288)	(58.020)
Juros e variações monetárias, líquidas	-	172.183	-	172.183	-	1.082	-	(118.526)	(117.444)
Resultado de participações societárias	-	-	63.034	63.034	-	-	-	(54.369)	(54.369)
Resultado na baixa do Imobilizado e Intangível	-	71.630	-	71.630	-	-	-	(1.172)	(1.172)
Provisão para contingências	-	(551)	-	(551)	-	-	-	1.841	1.841
Impairment	-	-	-	-	-	-	-	(407.708)	(407.708)
Outros	(11.074)	11.847	-	773	(10.765)	98	11.148	(47.694)	(47.213)
Total de Ajustes para reconciliação	(11.074)	322.015	63.034	373.975	(10.765)	2.448	11.148	(686.916)	(684.085)
Variação dos ativos e passivos									
	-	(131.055)	-	(131.055)	(4.427)	(208)	-	4.243	(392)
Caixa proveniente das operações	-	264.301	-	264.301	(4.427)	2.263	-	(290.740)	(292.904)
Juros pagos	-	(54.758)	-	(54.758)	-	(1.212)	-	(48.834)	(50.046)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(2.896)	-	(2.896)	-	-	-	-	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	-	206.647	-	206.647	(4.427)	1.051	-	(339.574)	(342.950)
Fluxo de caixa das atividades de investimento									
Adições ao imobilizado	-	(137)	-	(137)	-	(14)	-	1.025	1.011
Adições ao intangível	-	(150.635)	-	(150.635)	-	(448)	-	164.104	163.656
Alienação de investimentos	-	-	-	-	75.879	-	-	-	75.879
Aplicações financeiras	-	-	-	-	-	(49)	-	-	(49)
	-	(150.772)	-	(150.772)	75.879	(511)	-	165.129	240.497
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos									
Partes relacionadas	-	(19.232)	-	(19.232)	-	-	-	-	-
Amortização de empréstimos	-	(104.859)	-	(104.859)	-	(1.641)	-	56.772	55.131
Arrendamento mercantil	-	-	-	-	-	(204)	-	(12.988)	(13.192)
Aumento de capital social	-	18.976	-	18.976	-	-	-	-	-
	-	(105.115)	-	(105.115)	-	(1.845)	-	43.784	41.939
Efeito de caixa das empresas excluídas na consolidação	-	49.240	-	49.240	-	1.305	-	-	1.305
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	71.452	-	-	(130.661)	(59.209)

11. Investimentos – Controladora

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia detém como único investimento a participação societária na controlada CRO, sendo:

	Quantidade de ações possuídas		Participação direta (%)		Patrimônio líquido		Lucro líquido ajustado do exercício	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
	CRO	373.082.000	373.082.000	100,00	100,00	489.404	407.395	63.034

OTP Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2022, devido aos avanços nas negociações para a alienação da participação societária na CRO, conforme descrito na Nota 1, o investimento passou a ser classificado na rubrica de “Ativos não circulantes mantidos para negociação” e passou a ser mensurado pelo seu valor justo, onde se manteve o *impairment* integral do ativo, que já vinha sendo reconhecido.

12. Imobilizado – Consolidado

	Edificações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos e embarcações	Total imobilizado
Custo	45	4.120	650	2.438	7.253
Depreciação acumulada	(45)	(2.869)	(466)	(1.467)	(4.847)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	1.251	184	971	2.406
Aquisições	-	-	-	-	-
Baixas, líquidas de depreciação	-	(22)	-	-	(22)
Depreciação	-	(32)	(1)	-	(33)
Mantidos para negociação (*)	-	(1.110)	(182)	(971)	(2.263)
Saldo contábil	-	87	1	-	88
Custo	-	192	3	-	195
Depreciação acumulada	-	(105)	(2)	-	(107)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	87	1	-	88
Taxas anuais de depreciação (%)	2 a 10	1,3 a 20	10	10 a 25	

(*) Refere-se aos saldos da controlada CRO que passaram a ser classificadas na rubrica de Ativos não circulantes mantidos para negociação em 31 de dezembro de 2022 (Nota 10).

13. Intangível – Consolidado

	Infraestrutura	Direito de uso	Softwares	Redução ao valor recuperável	Ativo de contrato	Total
Custo	2.120.638	45.407	4.341	-	96.438	2.266.824
Amortização	(222.539)	(34.280)	(1.202)	-	-	(258.021)
Redução ao valor recuperável	-	-	-	(12.014)	-	(12.014)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.898.099	11.127	3.139	(12.014)	96.438	1.996.789
Mantidos para negociação (*)	(1.898.099)	(11.127)	(3.139)	12.014	(96.438)	(1.996.789)
Movimentação do período	(1.898.099)	(11.127)	(3.139)	12.014	(96.438)	(1.996.789)
Custo	-	-	-	-	-	-
Amortização	-	-	-	-	-	-
Redução ao valor recuperável	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	-	-	-

(*) Refere-se aos saldos da controlada CRO que passaram a ser classificadas na rubrica de Ativos não circulantes mantidos para negociação em 31 de dezembro de 2022 (Nota 10).

14. Empréstimos e financiamentos – Consolidado

Em 31 de dezembro de 2021, o Consolidado apresentava os saldos de empréstimos e financiamentos contratados pela CRO, que foram reclassificados para a rubrica de “Passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para negociação” (Nota 10). Nesses saldos, estão incluídos contratos de capital de giro e empréstimo ponte, a seguir descritos.

OTP Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Empréstimo ponte

Em 17 de fevereiro de 2020, Banco Crédit Agricole Brasil S.A. (“Crédit Agricole”), Banco Itaú S.A. (“Itaú”), Banco ABC Brasil S.A. (“ABC”), ING Bank N.V. (“ING”) e o Banco Pine S.A. (“Pine”) e, em 18 de fevereiro de 2020, Banco do Brasil S.A. (“Banco do Brasil”) e em conjunto com Crédit Agricole, Itaú, ABC, ING e Pine, “Credores”), na qualidade de fiadores e principais pagadores das obrigações decorrentes do Contrato de Financiamento Ponte BNDES, realizaram o pagamento do valor total correspondente ao valor de principal e juros devidos pela CRO, conforme previamente acordado com os Credores e o BNDES, no âmbito do referido contrato. Em decorrência do pagamento ao BNDES, os Credores se sub-rogaram na qualidade de credores da CRO, para todos os fins e direitos.

Em decorrência do pagamento ao BNDES, em 25 de março de 2020, a CRO celebrou Instrumento Particular de Compromisso de Inação, Confissão de Dívida, Sub-rogação e Outras Avenças junto aos Credores, exceto Banco do Brasil, por meio do qual os Credores concordaram em não iniciar e/ou continuar ação de execução judicial ou extrajudicial contra a CRO e/ou seus acionistas, assim como em suspender os efeitos dos inadimplementos pela CRO e/ou pelas acionistas ocorridos nos termos dos documentos da operação, mediante as seguintes condições: **(1)** definição da participação de cada instituição na dívida consolidada, sendo: Banco do Brasil: 20,67%, Crédit Agricole - 20,67%, Itaú - 14,39%, Pine - 14,39%, ABC - 5,08% e ING - 24,80%; **(2)** em relação à participação na dívida consolidada aplicável ao Crédit Agricole, Pine, ABC e ING, atualização pela variação acumulada da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros, denominada Taxa DI, acrescida do percentual de 5,20% a.a.; **(3)** em relação à participação na dívida consolidada aplicável ao Itaú, atualização pela variação acumulada da Taxa DI, acrescida do percentual de 2,10% a.a.; **(4)** amortização no montante de 3,5% a.a. do valor de principal da dívida consolidada, conforme as participações aplicáveis a cada credor; e **(5)** as partes poderão acordar extensão do período de Inação por períodos sucessivos de 3 (três) ou 6 (seis) meses, até o limite de 15 de agosto de 2022, sem a necessidade de Aditamento ao Instrumento.

Por sua vez, dado que o Banco do Brasil não firmou o Instrumento de Inação, o mesmo assinou correspondências confirmando que não possuía, no respectivo momento, a intenção de praticar qualquer ato contrário ao Instrumento de Inação e buscaria aprovações internas para a celebração do Aditamento de Adesão ao Instrumento de Inação, além de empregar esforços para a celebração de referido aditamento.

Em 04 de janeiro de 2022 foi realizado pagamento parcial no montante de R\$ 23.102 aos Bancos sub-rogadores, de acordo com a participação de cada um em relação a dívida, a fim de atingimento da Isonomia de Saldos Devedores com a CEF.

Importante ressaltar que as Condições Precedentes do Contrato de Inação estão em discussão com os Credores e já tem sinalização positiva em nova negociação em curso.

As Condições Precedentes do Contrato de Inação estão em discussão com os Credores e já tem sinalização positiva em nova negociação em curso.

b) Caixa Econômica Federal (“CEF”)

A CRO também captou um financiamento junto à Caixa Econômica Federal (“CEF”), no montante de R\$ 300.000, com vencimento original em parcela única do principal mais juros em 20 de novembro de 2017. Sobre o principal da dívida incide juros de 3,5% a.a., acima da TLP, sendo o saldo atualizado de R\$ 323.784 (2021 - R\$ 333.343).

OTP Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O prazo de vencimento veio sendo prorrogado, sendo a última prorrogação para 20 de maio de 2019. Após diversas tentativas de acordo para renovação do empréstimo, em 23 de setembro de 2020, a CEF iniciou um processo de execução da dívida, resgatando o montante aplicado pela CRO no Fundo Atlântico, administrado pela CEF, além dos recursos disponíveis em sua conta corrente à época. Com a retomada das negociações, o processo de execução foi temporariamente suspenso.

Em 04 de janeiro de 2022, foi realizada amortização extraordinária de R\$ 6.098, destinada ao atingimento da isonomia de saldos da dívida. Desde então, a CRO passou a realizar pagamentos mensais parciais de amortização do saldo devedor junto à CEF.

Desde a amortização extraordinária de janeiro de 2022, a CRO realiza pagamentos mensais parciais de amortização do saldo devedor junto a CEF.

c) Garantias

O contrato de financiamento da CRO com a CEF e o Contrato de Prestação de Garantias com os Bancos Credores são garantidos fidejussória fiança corporativa da OTP e da OTP Rodovias, alienação fiduciária das ações de emissão da CRO e a cessão fiduciária dos direitos creditórios, decorrentes do projeto de adiantamentos para futuro aumento de capital e de mútuos subordinados, além de cessão fiduciária sobre os valores oriundos da alienação das ações detidas pela OTP Rodovias em CRB, CBN, CRA e CRC, cessão fiduciária sobre os valores em função do sobejo da excussão de garantias sobre as ações CRB, CBN, CRA e CRC. Com a alienação das ações da CBN, CRA e CRC, parte dos recursos foi utilizado para a amortização parcial das dívidas da CRO, em 09 de julho e 21 de outubro de 2021.

15. Arrendamento mercantil operacional

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo consolidado apresentava saldo de arrendamento mercantil operacional no montante total de R\$ 11.848, decorrente da CRO. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo atualizado passou a ser classificado na rubrica de “Passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para negociação” (Nota 10).

16. Provisões cíveis, trabalhistas e previdenciárias

A CRO é parte envolvida em processos cíveis e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As provisões para as perdas prováveis decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

Em 31 de dezembro de 2022, as provisões passaram a ser classificadas em “Passivos relacionados a ativos mantidos para negociação”.

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço:

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas empresas controladas, incluindo CRO, possuem ações de naturezas cível e trabalhista, envolvendo riscos de perdas possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante de R\$ 18.665 (2021 - R\$ 8.455).

17. Provisão para conserva especial - Consolidado

O saldo de R\$ 150.899, apresentado no Consolidado em 31 de dezembro de 2021, refere-se à provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura efetuada pela CRO.

OTP Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A provisão para conserva é constituída pela CRO com base no planejamento dos ciclos de conserva especial, o qual considera os gastos que serão incorridos para a manutenção da infraestrutura, necessários ao cumprimento das obrigações contratuais preestabelecidas no contrato de concessão, sendo que, em decorrência das tratativas para a retomada dos investimentos contratuais, a Administração da CRO optou pela suspensão das provisões de conserva especial a partir do terceiro trimestre do exercício de 2022.

Em 31 de dezembro de 2022, o Consolidado não contempla o saldo detido pela CRO, no montante de R\$ 162.746, que foi reclassificado para a rubrica de "Passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para negociação" (Nota 10).

18. Provisão para perdas no valor recuperável de investimentos

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de R\$ 863.584 se refere a provisão para perdas no valor recuperável de investimentos líquidos, e consideram, principalmente, os fluxos de caixa líquidos esperados provenientes destes investimentos. Em 2021, além das perdas decorrentes da participação societária na CRO no montante de R\$ 54.368, foram apuradas perdas adicionais no montante de R\$ 466.190 decorrentes da baixa probabilidade de recebimento dos créditos, da Companhia e da OTP, oriundos de mútuos da CRO.

Em 31 de dezembro de 2022, tais provisões passaram a ser classificadas em "Passivos relacionados a ativos mantidos para negociação".

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 1.202.509, representado por 1.202.509.000 ações ordinárias normativas e sem valor nominal, pertencentes à acionista OTP.

b) Destinação do resultado do exercício

Conforme previsto nas Lei das Sociedades por Ações, os prejuízos apurados no exercício foram incorporados à conta de prejuízos acumulados, uma vez que não há saldos de lucros ou reservas a ser compensados.

20. Gastos por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
				(Reapresentado)
Depreciação, amortização e exaustão	(33)	(36)	(33)	(36)
Despesas com pessoal	(8.312)	(12.095)	(8.312)	(12.095)
Impairment de recebíveis (Nota 19)	-	(407.708)	-	(407.708)
Serviços de terceiros	(1.765)	(3.192)	(1.765)	(3.192)
Outras receitas (despesas)	235	(167)	235	(167)
	(9.875)	(423.198)	(9.875)	(423.198)
Gerais e administrativas	(9.877)	(15.496)	(9.877)	(15.496)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	2	(407.702)	2	(407.702)
Classificadas por função	(9.875)	(423.198)	(9.875)	(423.198)

OTP Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
				(Reapresentado)
Receitas com juros	121	913	121	913
Variações cambiais e monetárias	149	226	149	226
Receitas financeiras	270	1.139	270	1.139
Comissões e despesas bancárias	(10)	(2)	(10)	(2)
Despesas com juros	(271)	(94)	(271)	(94)
Outras	(7.601)	(312)	(7.601)	(315)
Despesas financeiras	(7.882)	(408)	(7.882)	(411)
Resultado financeiro, líquido	(7.612)	731	(7.612)	728

22. Prejuízo por ação

O prejuízo por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

A Companhia não possui dívida conversível em ações e opção de compra de ações, desta forma, não apresenta ações ordinárias e preferenciais potenciais para fins de diluição.

	2022	2021
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da sociedade titulares de ações ordinárias	(6.413)	(417.647)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	1.202.509	1.202.509
Prejuízo por ação (em Reais)	(0,01)	(0,35)

23. Eventos subsequentes

Tratativas para a transferência de controle da CRO:

Em continuidade às tratativas para a transferência do controle acionário da CRO e em decorrência dos termos previstos no TAC Plano de Ação, no dia 13 de janeiro de 2023 foi sancionada a Lei Estadual nº 12.009/2023 – MT, em que possibilita que os recursos e fluxos financeiros decorrentes do Fundo de Transporte e Habitação (“FETHAB”), destinados à MTPAR, sejam utilizados como garantia ou contragarantia em contratos de qualquer natureza em que sejam parte a empresa de economia mista, suas subsidiárias ou empresas nas quais ela detenha o controle acionário, permitindo que parte deste fundo seja utilizado como garantia aos investimentos necessários junto à CRO.

No dia 17 de janeiro de 2023, foi assinado o Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, cujo objeto é a venda da integralidade das ações da CRO, detidas pela Companhia, para a MTPAR (“Transação”). A Transação será concluída após a satisfação ou renúncia de todas as condições precedentes previstas no contrato de compra e venda.

No contexto do processo de alienação, no dia 23 de janeiro de 2023, a CRO protocolou o Ofício 5.068/2023 (SEI nº 15134159), no qual solicitou um novo prazo adicional de 60 dias para início de vigência do TAC Relicitação, de modo que seja possível a conclusão de todos os ritos para eficácia do TAC, na eventualidade da Transação com a MT PAR não ser concluída.

OTP Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No dia 02 de fevereiro de 2023, foi celebrado o 6º Termo Aditivo (TA Relicitação) entre a ANTT e CRO, com a postergação por 60 dias ao início da vigência do 4º Termo Aditivo (TA Relicitação), totalizando 180 dias contados da publicação no Diário Oficial da União, conforme cláusula 13.1 do TA nº 004/2022.

Decisão do Supremo Tribunal Federal (“STF”) quanto ao limite da coisa julgada em matéria tributária para tributos continuados:

Ao longo da década iniciada em 1990, algumas empresas obtiveram decisões favoráveis do Poder Judiciário para o não recolhimento da CSLL, embasadas pelo argumento de que, por ser calculada sobre a mesma base de cálculo do IRPJ haveria uma possível bitributação e, portanto, sua cobrança seria inconstitucional.

Em 2007 houve julgamento de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (“ADI 15”) na qual o STF reconheceu a constitucionalidade da CSLL e, conseqüentemente, a obrigatoriedade de seu recolhimento.

Desde então era aguardado o julgamento dos Recursos Extraordinários (“RE”) 949.297 e 955.227, em sede de repercussão geral, para que o STF apreciasse o limite da coisa julgada em matéria tributária, o que ocorreu no último dia 8 de fevereiro de 2023. Como resultado, o STF determinou que uma decisão definitiva (transitada em julgado, sem possibilidade de recurso), quando atribuída sobre tributos – não só sobre CSLL – recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos a partir do pronunciamento do STF em sentido contrário (não houve modulação dos efeitos).

Com base na referida decisão, mesmo após a decisão final, transitada em julgada, de um processo específico para afastar a incidência de determinado tributo, em havendo decisão posterior contrária do STF, fixada em repercussão geral ou em controle concentrado de constitucionalidade, o contribuinte será obrigado a fazer o seu recolhimento desde que respeitado o princípio da anterioridade nonagesimal.

Assim os pressupostos para que os processos já transitados em julgado deixem de produzir seus efeitos passam a ser:

- A Companhia tenha uma sentença transitada em julgado afastando a exigência de um tributo; e
- O STF defina, em repercussão geral, a constitucionalidade da exigência afastada pela decisão anterior obtida pela Companhia em momento posterior ao do trânsito em julgado.

Como resultado do julgamento acima abordado, a Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos, avaliou seu histórico de processos tributários, não se limitando à matéria tratada na ADI 15, mas em busca de outras que possam ser afetadas pela decisão do STF proferida no dia 08 de fevereiro de 2023 e, como resultado desta avaliação, não identificou ações sujeitas aos impactos da decisão do STF conforme acima e, portanto, concluiu não haver impactos negativos relevantes em suas demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2022. Ademais, o entendimento do STF é de 2023 e, por ora, não interfere nas demonstrações de 2022, uma vez que a Companhia não possui quaisquer processos com efeitos retroativos que possam impactar as suas provisões.

* * *